

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.245 - DF (2019/0038174-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **FRANSKBEL JACQUES DE SOUSA LIMA**
ADVOGADO : **MARCELO ALMEIDA ALVES - DF034265**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANSKBEL JACQUES DE SOUSA LIMA contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios proferida no julgamento do HC n. 0700585-78.2019.8.07.0000, assim lavrada:

"1. Cuida-se de habeas corpus objetivando, liminarmente, a suspensão da audiência designada para o dia 15/02/2019, bem como do processo até o julgamento final do writ. No mérito, pede a concessão da ordem para que se reconheça 'a incompetência do Juízo da Auditoria Militar e, consequentemente seja determinada a declinação da competência em favor de um dos Juizados Especiais Criminais de Taguatinga/DF'.

2. A liminar em habeas corpus não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da impetração se mostrem de forma indiscutível na própria inicial e nos elementos probatórios que a acompanhem. Não é o caso. Inicialmente, a alegação de incompetência do juízo para processar e julgar o feito deveria ter sido arguida pela via própria (exceção), na forma do artigo 128 do Código de Processo Penal. De outra parte, não se juntou suposta decisão do Conselho de Justiça, a quem compete decidir as questões de fato ou de direito suscitadas após o recebimento da denúncia. A propósito, sobre o tema, colhe-se do andamento processual, decisão do MM. Juiz Auditor, de 20/09/2018, indicando o julgamento, por esta Eg. Turma, do RSE 20140110037895, acórdão 801992, e do Recurso Especial nº 1.510.798 - DF. Transcrevo a ementa do RSE:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME MILITAR - DESACATO - PRELIMINAR - COMPETÊNCIA - CONSELHO DE JUSTIÇA - QUESTÃO PREJUDICIAL.

I. Nos crimes militares, compete ao Conselho de Justiça decidir as questões de fato ou de direito suscitadas após o recebimento da denúncia.

(II. Recurso provido para declarar a nulidade da decisão proferida pelo juízo monocrático. Acórdão

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

n.801992, 20140110037895RSE, Relator: SANDRA DE SANTIS 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 10/07/2014, Publicado no DJE: 16/07/2014. Pág.: 172)

Assim, por não haver decisão do Conselho de Justiça acerca do tema, conforme firmado nos acórdãos referidos, não cabe a esta Corte deliberar sobre o pedido neste writ, sob pena de indevida supressão de grau de jurisdição. Não se pode admitir a impetração sem que indicado e comprovado o ato coator, pois este é o fato que exterioriza a ilegalidade ou o abuso de poder praticado pela autoridade apontada como coatora.

Pelo exposto, e com fundamento no artigo 87, inciso IX, do Regimento Interno, inadmito o presente habeas corpus e determino o seu arquivamento.

Intimem-se." (fl. 52)

No presente recurso, a defesa busca o sobrestamento da audiência designada para o dia 15 do corrente mês, bem como o reconhecimento da incompetência do Juízo da Auditoria Militar, com a fixação da competência do Juizado Especial Criminal de Taguatinga/DF.

Requer, assim, em liminar, o sobrestamento da audiência e da ação penal.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator